

PLANO DE GOVERNO

ARARAS

PRA ARARAS
SORRIR DE NOVO!

PT



2021-2024

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO

OS DESAFIOS DA CONJUNTURA

DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO

- ☆ **Transição Ecológica para a Sociedade do Século XXI**
- ☆ **Desenvolvimento Urbano e Direito à Cidade**
- ☆ **Desenvolvimento Rural Social e Ambientalmente Sustentável**
- ☆ **Educação Inclusiva e de Qualidade**
- ☆ **Segurança Pública Cidadã**
- ☆ **Desenvolvimento Social: Inclusão e Equidade**
- ☆ **Esporte e Lazer Acessível a Todos**
- ☆ **Participação Cidadã e Transparência**
- ☆ **Gestão Ética e Eficiente**
- ☆ **Qualidade e Humanização na Atenção à Saúde**
- ☆ **Desenvolvimento Econômico Sustentável e Solidário**
- ☆ **Igualdade e Garantia de Direitos**
- ☆ **Cultura para Todos**

APRESENTAÇÃO

O Brasil e o povo brasileiro vivem tempos difíceis. A imensa crise social, fiscal e econômica foi agravada pela pandemia da COVID-19 e pelos desgovernos de Bolsonaro e Dória. A retirada de direitos, o desmonte das políticas públicas, o ataque ao patrimônio público, a total ausência de programas de desenvolvimento, faz com que a queda de arrecadação e o aumento da demanda por serviços públicos cresça cada vez mais nos municípios brasileiros. Portanto, é fundamental assumir o compromisso de governar, com visão inovadora, pautada na gestão ética, transparente e democrática, com ampla participação popular, priorizando e cuidando dos que mais precisam.

Neste cenário, o Partido dos Trabalhadores (PT), apresenta seu Programa de Governo para o município, período 2021-2024, com um projeto de gestão inovadora, com o olhar no presente, mas projetando ações para o seu futuro.

Nossa administração promoverá uma efetiva inversão de prioridades, comprometida com o bem-estar da população, privilegiando os investimentos sociais nas áreas de educação, saúde, assistência, saneamento básico, agricultura, habitação, transporte, meio ambiente, cultura, esporte, segurança, desenvolvimento local, de forma articulada com todos os segmentos sociais e esferas de poder.

Para isso, vamos debater com a população de Araras as propostas para uma gestão aberta ao diálogo e à participação popular. Uma gestão atenta às reais necessidades da população e às dificuldades dos segmentos vulneráveis que estará desamparada diante da grave situação do país.

Em virtude disso, apresentamos nosso Programa de Governo, fruto do acúmulo histórico das propostas apresentadas pelo Partido dos Trabalhadores, que por meio de seus mandatos populares vem atuando na defesa de um plano de reconstrução e transformação social, capaz não apenas de retomar o crescimento da economia, mas, acima tudo, construir um desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

Salientamos ainda que várias propostas presentes nesse programa foram também construídas em Grupos de Trabalhos (GT) por áreas específicas (GT Saúde; GT Agricultura e Meio Ambiente, GT Educação, GT Cultura, GT Democracia, GT Segurança, GT Desenvolvimento, GT Assistência Social e GT Mobilidade). Militância e simpatizantes do movimento de esquerda de Araras, convidados, entre muitos especialistas, fizeram presentes para consolidação na elaboração deste documento.

Temos ainda, no exercício de nossas práticas de participação popular, a Plataforma Virtual “*Araras que Queremos*” (<https://www.programadegovernopt.com.br/araras/>) que nesse momento de distanciamento social, é mais uma ferramenta que nos ajudará no levantamento de problemas, soluções e das necessidades de nosso município. Enquanto a pandemia nos separa fisicamente, nos encontramos nessa plataforma.

Temos plena convicção que, com o apoio da população de Araras, implantaremos as políticas que formulamos e defendemos, em pleitos eleitorais recentes, tanto no âmbito federal e estadual, quanto no municipal. A partir da evolução e ampliação dessas propostas e do desenvolvimento de novos projetos, apresentamos as diretrizes e compromissos que assumimos com o povo de Araras.

OS DESAFIOS DA CONJUNTURA

A campanha eleitoral municipal em 2020 será realizada em uma conjuntura na qual os danos da política ultraliberal desenvolvida no país desde 2016, vêm provocando desmontes e retrocessos nas políticas sociais, nos direitos previdenciários e trabalhistas, privatizações e cortes provocados pela Emenda Constitucional 95/2016, mais conhecida como a PEC da Morte, por reduzir gastos em áreas essenciais e congelar os gastos públicos por nada menos que 20 anos.

O Brasil vive uma crise sem precedentes na história. Esta crise – sanitária, social, econômica, política, ambiental e cultural – está entrelaçada a uma crise mundial, gera insegurança, medo, descrença e pessimismo na sociedade.

Após anos de estabilidade democrática, em um curto período da história brasileira inúmeros direitos foram cassados, violados e massacrados, com diversos casos de violência incentivados pelo discurso de ódio. O país andou para trás na renda do povo, na saúde, na educação, na defesa do meio ambiente e na liberdade.

O desemprego está nas alturas e quase 90% das ocupações criadas são informais, segundo o IBGE. A taxa de trabalhadores sem registro, sem direitos e proteção social já ultrapassa 40% - sem falar dos desalentados que nem ocupação têm.

São estes que sofrem com o aumento dos combustíveis e do gás de cozinha e do abusivo preço dos alimentos. O desmatamento aumentou 83%, com incentivo de um governo que arruinou nossa imagem junto aos ambientalistas e à comunidade internacional. Líderes indígenas e sindicalistas foram assassinados; professores e artistas, perseguidos; e mulheres, pessoas negras e LGBTQ+ sofrem diariamente violência e são assassinadas, tudo isso com total aval do governo federal.

No centro desses retrocessos está a imposição de um modelo concentrador de riqueza e renda excludente, que propõe o desmonte do Estado - não só por meio da privatização selvagem de empresas como a Petrobras e riquezas como o pré-sal, mas pela destruição dos instrumentos de construção da soberania nacional, como os bancos públicos e o fomento à ciência e tecnologia.

Vivemos tempos sombrios, com ações potencializadas por um governo que ataca os direitos humanos, os direitos sociais, o meio ambiente e a soberania. Os desdobramentos da pandemia, que com a política genocida do governo levou mais de 125 mil brasileiros e brasileiras a morrerem de Covid-19, somente agravaram tudo o que já vinha sucedendo no país, desde o golpe de 2016, que retirou a Presidente Dilma Rousseff do poder.

Associada à crise existente e tendo como principais protagonistas segmentos conservadores da sociedade, nos últimos tempos presenciamos o avanço de grupos portadores de visões retrógradas e excludentes no cenário político brasileiro, seja no aprofundamento do comportamento antipolítico, seja no discurso de ódio a trabalhadores, sindicatos e movimentos sociais, bem como o constrangimento aos que pensam diferente de sua linha ideológica.

Mas, por outro lado, apesar do clima de intimidação, agressão e violência que estes setores buscam criar, vislumbramos a mobilização dos mais diversos grupos de defensores da democracia, mostrando a força dos que resistem aos retrocessos de um governo ditatorial instalado em nosso país.

Por isso mesmo, além de se unir ao clamor popular em defesa da soberania do voto, nossa campanha enfrentará o pleito municipal como mais uma etapa na luta pela preservação da legalidade democrática e das conquistas sociais no Brasil, adquiridas mais fortemente ao longo de 13 anos dos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma Rousseff.

No presente Plano de Governo, estes objetivos se traduzem em uma proposta progressista, democrática e popular que busca reafirmar os direitos de uma Araras onde as pessoas exerçam plenamente sua cidadania, que seja justa, fraterna e solidária.

Nesse contexto, nosso desafio, em âmbito municipal, será reafirmar os princípios norteadores que nossos governos promoveram na esfera nacional, gerando e garantindo novos direitos, como: o caráter público do SUS; a educação pública, gratuita, de qualidade, laica e livre de censuras; as políticas sociais como instrumentos de combate à miséria, à pobreza e à desigualdade; o Estado como promotor das igualdades de gênero, etnia, etária e orientação sexual; a transparência na gestão pública; a participação política como elemento de decisão pública, dentre outros.

Por isso mesmo, nos orgulhamos das políticas públicas implantadas nos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, que estão presentes aqui em Araras. Programas e investimentos desenvolvidos, tais como: elevação do salário mínimo, o programa Bolsa Família, o Luz para Todos, o Minha Casa, Minha Vida, o Programa de Cisternas brasileiro – reconhecido pela ONU como uma das melhores políticas públicas do mundo. O programa Brasil sem Miséria, o de Acesso ao Ensino Técnico e emprego (PRONATEC), o da Universidade para todos (PROUNI), a criação da Farmácia Popular, o Piso Nacional de Educação, o combate ao trabalho escravo, o SAMU, a construção de UPAS e a implementação do programa Mais Médicos, o apoio à agricultura familiar, entre outros.

Nosso município de Araras já experimentou o que é ser governado pelo PT e é preciso reconhecer que nunca um partido fez tanto por Araras como fez o PT. Tivemos prefeito, vereadores e presidente da Câmara dos Vereadores, e mostramos o “jeito petista de governar”. Mas é preciso avançar. É preciso novamente sermos governo e termos vereadores do PT aqui no município.

Todas essas conquistas deram origem a um desenvolvimento que possibilitou a redução da pobreza, da desigualdade e a melhoras significativas na distribuição da renda familiar.

Infelizmente, a atual gestão municipal não deu prioridade às ações voltadas a melhorar as condições de vida da população, seja por falta de visão e de conhecimento, ou, até mesmo incompetência administrativa, deixando a comunidade desamparada.

Por isso mesmo, é visível em nosso município os descuidos com a saúde, especialmente a atenção básica; a piora nos indicadores educacionais; o sucateamento do transporte público; a deterioração de espaços públicos, como praças, equipamentos esportivos; a falta de transparência e participação popular nas decisões de governo. Trata-se, de um modelo administrativo no qual a indiferença em relação à segurança pública se constitui num dos mais claros exemplos de descaso com a cidade.

Diferentemente do desprezo aos mais pobres demonstrado pelos governantes atuais, as gestões petistas sempre tiveram como foco principal diminuir o abismo existente entre privilegiados e excluídos e a defesa da vida e da dignidade dos que mais precisam.

O povo de Araras merece um governo que tenha capacidade de enfrentar os duros desafios dos tempos atuais e que aja no interesse da maioria da população. Para isso, a candidatura do Prof. Bibó Bozzini como prefeito e Rose Conte como vice-prefeita se apresenta para debater publicamente as diretrizes de um Programa de Governo para construir uma Araras socialmente justa, que aprofunde a democracia e a participação popular e que enfrente os problemas urbanos e rurais do município.

DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO

TRANSIÇÃO ECOLÓGICA PARA A SOCIEDADE DO SÉCULO XXI

A transição ecológica é um processo estratégico comprometido com a luta por um meio ambiente equilibrado, a instituição de novas formas de produzir e consumir e a busca do desenvolvimento sustentável. A pandemia alertou ainda mais o mundo para a correlação entre desequilíbrios ecológicos e pandemias, reforçando a essencialidade da questão ecológica.

Propomos, outros valores e referenciais de consumo, um novo padrão de produção no município de Araras compatível com a urgência dos desafios ambientais e, ao mesmo tempo, capaz de apresentar alternativas econômicas que aproveitem a diversidade sociocultural e ambiental do nosso município, seja no campo ou na cidade.

Nosso compromisso ético e político é contribuir para enfrentar as mudanças climáticas e mitigar os efeitos de eventos extremos, como chuvas muito volumosas que ocasionam enchentes, ou as secas prolongadas que afetam o abastecimento de água e as atividades agropecuárias.

Esse eixo articulador aponta para uma economia justa, que não desperdiça e nem esgota recursos naturais existentes, protegendo as necessidades das gerações atuais e futuras.

Temos que pensar no longo prazo. Temos que transformar a crise ambiental em oportunidades para o bem viver do povo brasileiro e de toda humanidade. Os municípios podem fazer a sua parte, com muitas iniciativas pra iniciar esse caminho.

Nosso programa de governo contém medidas com essa lógica em todas as áreas de governo. No que se refere à transição ecológica mais diretamente é composto das seguintes propostas:

- ☆ Tornar nossa cidade sustentável e resiliente, a partir da:
 - Proteção dos mananciais.
 - Promoção de energia limpa, com instalação de energia solar nas unidades da prefeitura.
 - Diminuição da emissão de poluentes, que afetam a qualidade do ar, do solo e água e de gases de efeito estufa.
 - Mitigação dos riscos de desastres ambientais: enchentes, deslizamentos de encostas, rompimentos de barragens, mapeando e implantando plano de atenção aos passivos ambientais na zona urbana e rural.
- ☆ Estimular as empresas locais a adotarem medidas para tornarem-se progressivamente sustentáveis ambientalmente.
- ☆ Iniciar a conversão da frota de transporte coletivo e dos veículos da frota municipal para tecnologia menos poluente.
- ☆ Potencializar a utilização de áreas verdes urbanas e intensificar arborização no espaço urbano.
- ☆ Projeto de educação ambiental com trilha ecológica e revitalização do Bosque do Ararinha, com a criação de centro de educação ambiental com gerenciamento do parque.
- ☆ Promover a segurança alimentar e o desenvolvimento da agroecologia, incentivando a produção de alimentos saudáveis a partir de conhecimentos tradicionais e científicos.
- ☆ Ampliar o programa “Adote uma Praça” em Araras para pessoas físicas.
- ☆ Fazer cumprir o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), com o máximo de envolvimento das comunidades, dos catadores e dos demais atores envolvidos na produção de resíduos.
- ☆ Estimular a responsabilidade e a participação da sociedade nas iniciativas de controle da poluição e do impacto ambiental, bem como pelo consumo responsável.
- ☆ Criação de Coordenadoria de Proteção Animal do Município.
- ☆ Melhorias no canil e gatil municipal.
- ☆ Implantar programa para a promoção do bem-estar animal, em parceria com a sociedade civil.

- ☆ Implantação de uma unidade móvel a fim de prestar serviços (examinar e vacinar) animais domésticos.
- ☆ Total e irrestrito apoio ao CRAS (Centro de Reabilitação de Animais Silvestres) Pró-Arara.
- ☆ Adequação de local específico para acolhimento e transporte de grandes animais.
- ☆ Apoiar e estabelecer parcerias com instituições e grupos de proteção animal.

DESENVOLVIMENTO URBANO E O DIREITO À CIDADE

A melhoria da qualidade de vida no nosso município passa pelo combate e redução das desigualdades, em suas diversas dimensões, além da garantia do direito à cidade.

O pleno direito à cidade se dará por meio do acesso à moradia digna com saneamento básico – água encanada, rede de esgoto, coleta de lixo, drenagem das águas pluviais. Acesso a uma mobilidade urbana que priorize o transporte coletivo, o sistema viário seguro e, ainda, que garanta a promoção do acesso equitativo aos equipamentos públicos de cultura, lazer, educação, saúde em todos os bairros

Assim como nas demais áreas de governo, aqui também adotaremos medidas para iniciar a transição ecológica em nossa cidade, contribuindo para o controle das mudanças climáticas e a mitigação dos efeitos de eventos extremos, contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa e da poluição.

A crise econômica que afeta as receitas municipais agravada pela extinção dos mecanismos de financiamento federal aos municípios para políticas de saneamento, mobilidade urbana e habitação para baixa renda, com a extinção do Programa Minha Casa Minha Vida, colocam dificuldades para uma atuação mais ampla.

Neste cenário desafiador nossos compromissos para o desenvolvimento urbano se consolidarão por meio das diretrizes e propostas a seguir:

Planejamento Urbano Inclusivo e Participativo

- ☆ Estabelecer um processo de elaboração e revisão do Plano Diretor, com leitura participativa do território urbano e rural, que permitirá a discussão dos principais problemas, conflitos e potencialidades, estabelecendo metas de médio e longo.
- ☆ Tratar os assentamentos precários, as áreas periféricas ou as áreas com esvaziamento econômico e/ou populacional, com políticas públicas articuladas a investimentos em infraestrutura, melhoria dos espaços públicos e incentivos para instalação de atividades de geração de emprego e renda, contribuindo para constituir uma cidade policêntrica.
- ☆ Garantir as funções sociais da propriedade e da cidade por meio da aplicação dos instrumentos do Estatuto das Cidades, em especial das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), possibilitando a construção de habitação de interesse social nas áreas consolidadas, o IPTU progressivo e a edificação compulsória para refrear a especulação imobiliária.
- ☆ Atuar de maneira proativa na construção e fortalecimento das instâncias de governança regionais.

Moradia Digna

A melhoria das condições de habitabilidade e de moradia mostraram-se essenciais para lidar com a crise sanitária provocada pelo COVID-19, assim como para mitigar os efeitos dos eventos extremos causados pelas mudanças climáticas.

Em ambos os casos, apesar de atingir a todos, os impactos mais dramáticos ocorrem com as famílias mais vulneráveis, que não tem acesso à infraestrutura adequada ou vivem em área de risco.

- ☆ Implementar uma política municipal de habitação com ações para as diferentes necessidades, por meio da promoção, financiamento e assistência técnica para a regularização fundiária; a melhoria de moradias precárias; produção de lotes urbanizados e de moradia.
- ☆ Estabelecer parceria e assistência técnica aos movimentos sociais, ONGs, grupos organizados e sindicatos, para os projetos de habitação do município.
- ☆ Utilizar os terrenos e edifícios vazios para a produção de moradias de interesse social e de equipamentos públicos.

Saneamento Básico

A garantia do acesso ao saneamento básico entendido como abastecimento de água; coleta e tratamento de esgotos; coleta e tratamento dos resíduos sólidos e limpeza urbana; e manejo das águas pluviais urbanas para toda a população é um dos grandes desafios para todas as cidades.

Apesar da lei federal nº 14.026/20, que buscou enfraquecer o papel do município como titular e concedente do saneamento básico, ter sido aprovada, acreditamos que o município tem um papel essencial na regulação dos serviços e dos investimentos na cidade.

Abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto

- ☆ Ampliar a disponibilidade hídrica para abastecimento da população e das empresas.
- ☆ Continuidade da modernização e fortalecimento do SAEMA, como garantidor do abastecimento de água potável com a redução de perdas e melhorias contínuas.
- ☆ Garantir às famílias beneficiárias de programas de transferência de renda o acesso à tarifa social.
- ☆ Assegurar a gestão da água com a preservação das nascentes e dos mananciais, promovendo a despoluição e recuperação de nascentes, rios e mananciais degradados.
- ☆ Participar ativamente nos Comitês de Bacia Hidrográfica, visando melhorar a gestão ambiental dos recursos hídricos na região.
- ☆ Adotar o reuso de água nas atividades e edificações da prefeitura e incentivar as empresas e a população a fazer o mesmo.
- ☆ Aumentar progressivamente a coleta e o tratamento de esgoto, mantendo rigorosa separação entre águas pluviais e esgoto.
- ☆ Fiscalizar o cumprimento da obrigatoriedade dos imóveis estarem ligados à rede de esgoto.
- ☆ Aperfeiçoar o tratamento de esgoto. Aumentar o distanciamento dos conjuntos habitacionais.
- ☆ Aperfeiçoar os instrumentos de regulação dos serviços e dos mecanismos de participação social.

Resíduos Sólidos

- ☆ Equacionar o processo de coleta, destinação e tratamento de resíduos sólidos, incluindo os materiais recicláveis, tendo como alternativa a construção de um consórcio intermunicipal.
- ☆ Implantar a coleta seletiva de lixo, incluindo as cooperativas de catadores de materiais recicláveis ao sistema e desenvolvendo programas de educação ambiental para incentivo ao consumo responsável, a redução da geração de resíduos, o aumento da reciclagem e da compostagem residencial.
- ☆ Apoiar a formação e dar suporte para as cooperativas de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis. Organizar e apoiar os catadores autônomos,
- ☆ Fazer cumprir o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), com o máximo de envolvimento das comunidades, dos catadores e demais atores da cadeia de resíduos sólidos: produtores, comerciantes, distribuidores, importadores, prestadores de serviço público ou privado de manejo de resíduos sólidos e consumidores.
- ☆ Incentivar a instalação de composteiras domésticas.
- ☆ Garantir a realização do Fórum Lixo Zero.

Drenagem

- ☆ Criar legislação que induza o aumento da permeabilidade do solo e a proteção de áreas sujeitas às inundações.
- ☆ Elaborar Plano de Drenagem, visando identificar os pontos de alagamento ou inundação, para priorizar soluções e implantar controle e monitoramento desses eventos.
- ☆ Fazer a manutenção permanente do sistema de drenagem urbana e o desassoreamento de rios e córregos.
- ☆ Pavimentar e qualificar vias urbanas, considerando os sistemas de drenagem de águas pluviais, redes de água e esgoto e calçadas permeáveis.

Transporte e Mobilidade Urbana

A organização e os investimentos no sistema viário da nossa cidade vão privilegiar a circulação do transporte coletivo e a segurança dos ciclistas e dos pedestres.

- ☆ Fazer estudo para redução gradual do valor no preço da passagem dos ônibus do Transporte Público no Município. Incentivo ao transporte coletivo, modernizando e fortalecendo o TCA.
- ☆ Criar o “Passe Livre” do Transporte Público no Município aos finais de semana (sábado e domingo).
- ☆ Aquisição de novos ônibus e constante manutenção para evitar sucateamento.
- ☆ Priorizar os investimentos no sistema viário, privilegiando a circulação do transporte coletivo em relação ao transporte individual motorizado, por meio da implantação de vias exclusivas, corredores e faixas com pontos de ultrapassagem, de modo a reduzir o tempo de viagem e a poluição atmosférica.
- ☆ Reduzir os impactos ambientais do sistema de mobilidade urbana, diminuindo progressivamente as emissões e promovendo a eficiência energética.
- ☆ Ampliar e interligar as ciclovias, facilitando o uso dessa alternativa de transporte.
- ☆ Adequar as calçadas e dotá-las progressivamente de acessibilidade, com o objetivo de facilitar as viagens a pé de curta distância e priorizar o pedestre na travessia de vias públicas.
- ☆ Implantar medidas de trânsito seguro, identificando soluções de segurança e fluidez, com limites de velocidade próprios para o ambiente urbano, buscando reduzir o número vítimas no trânsito.
- ☆ Promover a manutenção permanente das vias, implantado progressivamente a pavimentação ou calçamento nos bairros sem essa infraestrutura.
- ☆ Fortalecimento da educação no trânsito: Concursos educativos, capacitação e sensibilização de profissionais que atuam na mobilidade urbana; Formação para as pessoas – educação no trânsito, valorização do pedestre, ciclista e transporte público.
- ☆ Espaço urbano de convívio coletivo com a implantação de parklets e outros mecanismos de convivência na cidade.
- ☆ Valorização de ambientes para pedestres, melhorias das faixas de pedestres e semáforos para pedestres e acessíveis a pessoas com deficiência.
- ☆ Ampliação de lombofaixas ou faixas elevadas.
- ☆ Ampliação e manutenção permanente da sinalização.
- ☆ Melhorias nas guias rebaixadas para assegurar acesso de pessoas com mobilidade reduzida;
- ☆ Fiscalização e melhoria nas calçadas para garantir a acessibilidade.
- ☆ Proporcionar em diversas áreas da cidade momentos de fins de semana para utilização de bicicletas patins e convívio entre as pessoas, fechando as vias para veículos automotivos, como exemplo da paulista aberta.
- ☆ Placas em braile e acessibilidade nos prédios públicos.
- ☆ Melhorar a iluminação nos pontos de ônibus e a informação digital de circulação, com acesso à internet para todos no terminal urbano.
- ☆ Ter rastreadores nos ônibus e informação de quando o ônibus passará em determinado ponto.

- ☆ Fortalecer e avaliar demandas específicas de transporte (Zona Rural e Rodoviária).
- ☆ Inclusão de espaços para estacionamento de bicicletas e parklets na região central.
- ☆ Criação de bicicletários seguros perto dos pontos de ônibus, com possibilidade de adaptar os veículos para o transporte de bicicletas.
- ☆ Estudar a viabilidade de corredores de ônibus na cidade, em especial em horários de pico
- ☆ Estudo para viabilização de implantação um Rodoanel conectando as várias regiões.
- ☆ Implantação de ligação entre as diversas regiões com uma linha de ônibus que permeie os bairros mais distantes da cidade.
- ☆ Linha de ônibus que permeie a marginal – Av Dona Renata, para facilidade de acesso às diversas regiões da cidade.

Recuperação de áreas verdes, praças e parques

Essas áreas e equipamentos públicos são essenciais para garantir qualidade de vida urbana para todas as faixas etárias.

Vamos recuperar esses espaços para a cidade, reestruturando-os com a implantação de equipamentos e mobiliário urbano, jardinagem e paisagismo, de modo que possam ser utilizados para o lazer e em programações culturais e esportivas.

Além disso torna-se necessário análise e verificação das ações e dos planos envolvendo a Arborização Urbana. A “Cidade das Árvores” merece todo cuidado e atenção para com esse aspecto.

DESENVOLVIMENTO RURAL SOCIAL E AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL

Todas as pessoas que vivem no município têm direito a um desenvolvimento urbano e rural socialmente equilibrado, ambientalmente sustentável e com melhor qualidade de vida.

A transição ecológica no meio rural se expressa na adoção da agroecologia, tendo como objetivo a produção de alimentos saudáveis, com redução gradativa do uso de agrotóxicos. O estímulo ao cooperativismo, o apoio técnico à agricultura familiar e as compras de produtos pelo poder público são fundamentais para um desenvolvimento socioeconômico inclusivo no campo.

Nosso programa, nessa área, é composto das seguintes diretrizes e propostas:

Desenvolvimento Agroecológico com sustentabilidade socioambiental

- ☆ Implantação de uma Política Municipal de Agroecologia. Criação de um Plano Municipal de Agroecologia a Produção Orgânica, com vistas incentivar a adoção de sistemas sustentáveis para produção de alimentos saudáveis
- ☆ Estimular a agricultura familiar com princípios agroecológicos, que garantam a manutenção de variedades e cultivos locais, práticas tradicionais de manejo e desenvolvimento rural sustentável; com redução do uso de agrotóxicos.
- ☆ Ampliar os espaços e as condições de comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar e dos agroextrativistas para o abastecimento alimentar da população, aquisições para a alimentação escolar pelo governo municipal e ampliação dos pontos de vendas de produtos em mercados municipais e em bairros da periferia (feiras, sacolões, varejões e outros)
- ☆ Investir em infraestrutura e logística necessárias ao escoamento da produção alimentar e o acesso ao mercado consumidor.
- ☆ Reservar áreas urbanas e periurbanas ociosas para a agricultura urbana, com a produção de alimentos, mudas de espécies florestais e medicinais, priorizando a geração de renda e a distribuição de alimentos para a população em risco social.
- ☆ Estabelecer limites à monoculturas em áreas destinadas à produção diversificada de alimentos ou monoculturas predatórias aos recursos naturais e ao meio ambiente.
- ☆ Implantar o Sistema de Inspeção Municipal – SIM, para dar segurança alimentar e abrir mercado para os produtores da agricultura familiar.
- ☆ Criar mecanismos e fiscalização para proibir a pulverização aérea de agrotóxicos, fiscalizando também o uso e o descarte adequado das embalagens de agrotóxicos.
- ☆ Aumentar a participação dos agricultores familiares e assentados no PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) em Araras, por meio da capacitação
- ☆ Propiciar aos estabelecimentos familiares rurais maneiras de diversificar a renda: turismo rural (práticas de campo, visitas a produções); prestação de serviço para empresas via contrato de fornecimento de produtos; e prestação de serviços de beneficiamento ou transformação de produtos para terceiros.
- ☆ Ampliar a comunicação do campo (antenas receptoras de sinais de celular).
- ☆ Facilitar o acesso à internet rural.
- ☆ Fortalecer programa de saneamento básico na zona rural e assentamentos.

Proteção do Meio ambiente

- ☆ Criar mecanismos de fiscalização local nos marcos do código florestal.
- ☆ Fortalecer o modelo de uso dos recursos naturais desenvolvido nas reservas extrativistas, pela pequena agricultura, pelas populações tradicionais e pelos indígenas, protegendo os meios de vida e a cultura dessas populações.
- ☆ Estabelecer o pagamento por serviços ambientais a pequenos produtores rurais pela preservação de nascentes ou às famílias extremamente pobres que vivem em áreas de reservas extrativistas ou em áreas de conservação ambiental e que desenvolvem atividades de uso sustentável dos recursos naturais em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, assentamentos ambientalmente diferenciados da Reforma Agrária, territórios ocupados por comunidades tradicionais, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas ou outras áreas rurais.

Autonomia econômica das mulheres do campo

- ☆ Promover políticas de trabalho, geração de emprego e renda e economia solidária para associações e grupos de mulheres do meio rural, comunidades e povos tradicionais.
- ☆ Ampliar e fortalecer os programas de capacitação para as mulheres do campo.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DE QUALIDADE

A garantia de educação de qualidade, pública, inclusiva e democrática para todos e todas é fundamental para o exercício da liberdade e da cidadania, para o fortalecimento das relações sociais respeitadas e para prática de valores humanitários.

Nosso programa de governo para a área é composto das seguintes propostas:

- ☆ Assegurar nosso compromisso com a progressiva universalização do ensino fundamental, da educação infantil de 4 a 5 anos e da ampliação do atendimento em creches.
- ☆ Ampliação do ensino integral em tempo integral nas escolas da rede municipal com atenção à organização de currículos voltados à educação integral, que permitam à criança o desenvolvimento do brincar e do contato com diferentes campos do conhecimento e das linguagens; processos de alfabetização que considerem as experiências culturais e sociais das crianças; contato com a investigação e a pesquisa desde os primeiros anos da educação básica; perspectiva de educação inclusiva, que leve em conta as características cognitivas, as experiências culturais, as especificidades e necessidades de todos os estudantes.
- ☆ Assegurar o atendimento, com acesso à educação básica e ao atendimento especializado, às crianças e jovens com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação; dotando as escolas de equipamentos, estrutura física e profissionais especializados para o seu atendimento.
- ☆ Efetivar a política municipal da Educação do Campo, construída com o protagonismo das comunidades e movimentos sociais, com apoio e criação de escolas rurais.
- ☆ Assegurar a permanência na escola com políticas de apoio, como alimentação, transporte escolar, livros e materiais didáticos; incluindo também a articulação com as políticas de assistência social e de saúde; em especial nesse período pós-pandemia, que vai requerer ainda maior coordenação de ações.
- ☆ Dar especial atenção à Educação de Jovens e Adultos (EJA), atendendo aqueles que não tiveram oportunidade de frequentar a escola e não concluíram a educação básica; e, sempre que possível, articulá-la à formação profissional.
- ☆ Enfrentar os fatores que provocam a evasão escolar, especialmente as dificuldades dos estudantes do campo e dos jovens e adultos da EJA.
- ☆ Promover a construção, melhoria e ampliação dos espaços escolares, da cidade e do campo; agregando, laboratórios, quadras esportivas e pátios para realização de eventos, visando uma formação integral.
- ☆ Assegurar a abordagem curricular relativa aos direitos humanos, à cultura da paz e à prevenção de todas as formas de violência; bem como às temáticas da diversidade e de combate a qualquer forma de discriminação; meio ambiente, segurança, saúde, trânsito, respeito aos direitos humanos, dentre outras.
- ☆ Promover a elaboração ou revisão do projeto pedagógico das escolas de forma coletiva e participativa.
- ☆ Considerar as tecnologias de informação e as novas linguagens de comunicação, como possibilidade de aprimoramento do processo de aprendizagem.
- ☆ Estabelecer parcerias com Universidades que possam contribuir com o fortalecimento da educação e da formação para o mundo do trabalho.
- ☆ Tornar o espaço da escola disponível para atividades de esporte, cultura e lazer para a comunidade escolar e a população do seu entorno, inclusive nos fins de semana.
- ☆ Garantir a Formação voltada à igualdade de gênero e ao combate a qualquer forma de discriminação, assegurando uma abordagem curricular relativa aos direitos humanos, à cultura da paz (mobilização pela não violência e educação dialógica) e à prevenção de todas as formas de violência.

- ☆ Fortalecimento do ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas e implementação dos territórios de educação escolar quilombola e indígena.
- ☆ Promoção de educação ambiental, contribuindo para a construção de escolas sustentáveis e cidades preservadas.
- ☆ Implementação de políticas de formação para as funcionárias(os) da SME de forma permanente e sistemática em parceria com universidades públicas, garantindo-se tempo disponível integrado à jornada de trabalho.
- ☆ Aperfeiçoamento da estrutura digital e de rede de internet nas escolas.
- ☆ Investimento em novas tecnologias a fim de complementar o ensino presencial;
- ☆ Combinação entre as avaliações externas e internas às unidades educacionais e órgãos da educação.
- ☆ Fortalecimento do Conselho Municipal de Educação, Conselho de Acompanhamento do FUNDEB, Conselho de Acompanhamento da Alimentação Escolar e outros conselhos relacionados às políticas educacionais.
- ☆ Instituir o Programa Escola Aberta democratizando a escola, possibilitando sua abertura para a comunidade, oferecendo ações esportivas, culturais e de lazer de maneira integrada, contribuindo para a superação da violência e valorização da vida.
- ☆ Compromisso com a valorização salarial do profissional de educação.
- ☆ Fortalecimento do IVPE e revisão dos critérios adotados para sua concessão com consulta a todos os profissionais envolvidos.
- ☆ Regulamentação de um rol de atividades internas para os professores readaptados.
- ☆ Rever a lei complementar nº 65 (Estatuto do Magistério) no que trata da readaptação dos professores da rede municipal, para que as/os mesmas/os possa fazer jus aos benefícios do quadro do magistério.
- ☆ Implementação de políticas de prevenção e atenção à saúde dos profissionais da educação.
- ☆ Estudos para viabilização da criação dos NAEDs (Núcleos de Ação Educativa Descentralizada) por território em conjunto com as Secretarias da Saúde, Assistência Social, Esportes e Cultura.
- ☆ Continuidade, aprimoramento e ampliação das Feiras do Estudante, Feira de Ciências e FLAP (Festival Literário de Araras na Praça).
- ☆ Instituição de creche noturna, visando cuidado especial de criança para pais que trabalham ou estudam à noite.
- ☆ Lançamento de concurso público destinado a contratação de monitores educacionais;
- ☆ Fortalecimento e valorização dos profissionais do NAT (Núcleo de Atendimento Técnico).
- ☆ Ampliação dos mecanismos de reforço escolar.
- ☆ Ampliação da política de garantia de vagas em creches públicas.
- ☆ Compromisso com uma educação inclusiva nas escolas municipais.

- ☆ Investimento na Educação de Jovens e Adultos (EJA), visando superar o analfabetismo, e sempre que possível, articulá-la à formação profissional; e integrando às ações das demais secretarias (Assistência Social, Saúde, Desenvolvimento).
- ☆ Garantia ao acesso e a permanência à educação para os Jovens e Adultos – EJA. Sempre que possível, articulá-la à formação profissional.
- ☆ Ampliação e fortalecimento do programa de hortas e ações ambientais nas escolas.
- ☆ Incorporação de produtos orgânicos e da agricultura familiar na merenda escolar.
- ☆ Fortalecimento da estrutura e funcionamento da Faculdade Municipal com ampliação do acesso.
- ☆ Fortalecimento da FADE (Fundação Ararense para o Desenvolvimento do Ensino).
- ☆ Apoio a FATEC de Araras.
- ☆ Promover a construção, melhoria e ampliação dos espaços escolares, da cidade e do campo; agregando, laboratórios, quadras esportivas e pátios para realização de eventos, visando uma formação integral.
- ☆ Promover a formação inicial e continuada das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação, considerando a especificidade das escolas do campo.
- ☆ Considerar a tecnologia da informação e as novas linguagens de comunicação como auxiliares à formação permanente e a valorização dos educadores.
- ☆ Diagnosticar, permanentemente, os anseios e necessidades de cada setor que atua na Educação, mantendo diálogo permanente com as entidades representativas destes profissionais.
- ☆ Consolidar os Conselhos Escolares para participar das decisões administrativas e pedagógicas da escola, com participação efetiva de todos segmentos da comunidade escolar e investimento na sua formação.
- ☆ Assegurar a eleição de diretores de escola de forma democrática com a participação de todos os setores da comunidade escolar.

SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ

A despeito da responsabilidade pela segurança pública ser principalmente do governo de Estado, acreditamos que a prefeitura tem um papel importante, sobretudo no que se refere à prevenção do crime e da violência.

Em primeiro lugar, criaremos o Fórum Comunitário de Segurança Pública com participação da Polícia Militar e Polícia Civil e representantes da população de todas as regiões da cidade, como espaço para diagnóstico, discussão de ações a serem realizadas e avaliação de resultados.

Realizaremos um amplo diagnóstico da dinâmica da violência e do crime na cidade, ouvindo a PM, a Polícia Civil e representantes da sociedade civil de todas as regiões da cidade, que comporão o Fórum.

Além disso, buscaremos nas secretarias municipais dados relevantes para compor esse diagnóstico como, por exemplo, a Notificação Compulsória de Violência da Secretaria da Saúde, que é uma fonte de informação essencial para a política de segurança, em especial, mas não somente, no que se refere à violência doméstica.

Nosso governo irá estruturar suas ações baseando-se no conceito de Segurança Cidadã, que combina ações preventivas territorializadas tanto de caráter policial, especialmente de inteligência, quanto ações sociais e urbanas, o que permitirá uma atuação sistêmica do município

Esse diagnóstico e as informações disponíveis no âmbito do governo cumprirão papel de aperfeiçoar as diretrizes e propostas que temos para tornar nossa cidade mais segura.

Ações de prevenção ao crime e a violência de caráter social e urbano

- ☆ Criação do Centro Integrado de Monitoramento – monitoramento e implantação de Sistema de videomonitoramento para ampliar a sensação de segurança e inibir a violência e o crime. As câmeras serão instaladas nas proximidades das escolas e nas principais vias das cidades. O Centro Integrado de Monitoramento pode, além da Guarda Municipal, reunir a PM e a Polícia Civil.
- ☆ Garantir iluminação pública nos bairros, por ser um fator importante para coibir a violência e os crimes.
- ☆ Implementar programação cultural, esportiva e de lazer nas praças e parques e abertura das escolas nos finais de semana com atividades para a comunidade, garantindo alternativas de entretenimento para todas faixas etárias, mas principalmente aos jovens.
- ☆ Fiscalização de atividades comerciais e de serviços, em torno das quais os crimes são realizados. Adotando medidas para impedir que isso aconteça como, por exemplo, definição de horário de funcionamento de bares, fiscalização de desmanches, entre outros identificados no diagnóstico realizado.

Ações de prevenção ao crime e a violência de caráter policial

Fortaleceremos a Guarda Municipal e ela será a principal referência de política preventiva do município, mas com uma ação complementar àquela realizada pela Polícia Militar. A Guarda irá priorizar:

- ☆ Segurança Escolar com presença de guardas, combinada com ronda veicular preventiva, especialmente na entrada e saída dos alunos, que promovam interação com a comunidade escolar e do seu entorno.
- ☆ Fiscalização e orientação do trânsito, contribuindo para diminuir os acidentes, que são uma das principais causas de morte nas cidades.
- ☆ Policiamento Preventivo, inclusive nos equipamentos públicos.

- ☆ Implantação da Ronda Maria da Penha que tem como objetivo proteger vítimas de violência doméstica que solicitarem à Justiça medida protetiva de urgência, estabelecida na Lei Maria da Pena (Lei 11.340/06).
- ☆ Estabelecer parcerias com as Universidades o Programa de Mediação de Conflitos em parceria com o Poder Judiciário com o objetivo de resolver pequenos conflitos, por meio do diálogo, sem judicializar os problemas, após o que o juiz homologa o resultado das mediações.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL: INCLUSÃO E EQUIDADE

A implementação de políticas sociais é essencial para diminuir os efeitos das desigualdades estruturais e para melhorar a vida das pessoas, especialmente as mais vulneráveis. Nosso Programa de Governo propõe integrar políticas e ações para enfrentar a miséria e as desigualdades e assegurar e ampliar os direitos sociais de forma universal.

Proteção Social

Entendemos que as políticas públicas devem ser compreendidas como direitos do cidadão, não como benemerência, nem mesmo a assistência social, a qual, frequentemente é tratada com essa visão. Por isso, vamos:

- ☆ Consolidar o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), fortalecendo os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS).
- ☆ Ampliar e qualificar a rede de proteção social e prevenção aos segmentos vulneráveis - baixa renda, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e população em situação de rua, articulando esses serviços em rede, integrando com outras políticas públicas como saúde e educação.
- ☆ Fortalecimento e ampliação dos convênios e parcerias com entidades assistenciais.
- ☆ Continuar com a política habitacional de construção de moradias de interesse social.
- ☆ Aperfeiçoar processo de seleção para as moradias com rígida fiscalização e valorização das famílias mais necessitadas e de mais tempo de moradia no município.
- ☆ Georreferenciar pessoas com maior vulnerabilidade social e reposicionamento dos órgãos públicos (CRAS) junto as áreas de maior demanda.
- ☆ Melhoria e integração digital na informatização dos cadastros sociais visando o estabelecimento de uma plataforma única de acesso para os gestores públicos.
- ☆ Abertura de concursos e contratação de funcionários públicos na área da assistência social, bem como estabelecimento de convênios com estabelecimentos de ensino para oferta de estagiários.
- ☆ Estabelecimento de uma Política para doações de roupas, comida etc com parceria com os estabelecimentos privados (supermercados, estabelecimentos públicos, escolas etc).
- ☆ Fortalecimento no atendimento dos médicos, nutricionistas, dentistas e psicólogo na rede de inclusão social (CRAS e CREAS).
- ☆ Estabelecimento do “Sábado Solidário”, motivando para que participem de atividades assim em horários extra curriculares com o apoio das famílias.
- ☆ Criação do Apoio Social Móvel.

Os efeitos da pandemia da COVID-19 aprofundaram a crise econômica que já afetava o país. A redução e o fim do auxílio emergencial provocará a perda da única renda de milhões de famílias no país e terá impacto em nosso município.

No nosso governo, vamos assegurar condições de sobrevivência a essas famílias da nossa cidade, seja com ações de segurança alimentar, seja com a articulação das diversas políticas públicas municipais capazes de cuidar das pessoas mais vulneráveis. Daremos atenção especial às ações que favoreçam a inclusão produtiva de famílias em situação de vulnerabilidade.

Segurança Alimentar

Com o agravamento da crise econômica a fome voltará a atingir um contingente bastante grande de famílias. Por essa razão, nosso governo desenvolverá ações de segurança alimentar para minimizar esse efeito.

- ☆ Implantar Restaurante Popular para assegurar o direito de acesso a uma refeição saudável.
- ☆ Construir rede de apoio a cooperativas de agricultura familiar e orgânica e adquirir produtos da agricultura familiar para a merenda escolar e para distribuição às famílias vulneráveis.

- ☆ Estabelecimento de uma política de Soberania Alimentar (ligada a Secretaria de Assistência Social) com transversalidade na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente a fim de que a assistência social possa exercer suas outras funções com maior eficiência.
- ☆ Criação de cozinha e padaria popular com fornecimentos de alimentação saudável, incluindo a área de gestão de negócios com estabelecimento de parcerias com assentados, agricultores urbanos, pequenos produtores rurais e urbanos e instituições de ensino.
- ☆ Criar o Banco de Alimentos, estimulando a parceria com o setor privado na captação de alimentos, redistribuindo-os para as populações vulneráveis.
- ☆ Incentivar a criação de hortas comunitárias, inclusive em terras públicas, com o objetivo de realizar geração de renda no território.
- ☆ Criação de uma Política Pública para Hortas Urbanas.
- ☆ Fomentar atividades de educação alimentar e nutricional, promovendo campanhas de combate ao desperdício alimentar e de prevenção à obesidade.
- ☆ Criação de uma moeda social para utilização no comércio de Araras.
- ☆ Estabelecimento do Mercado da Família (Exemplo de Curitiba).

Políticas para Crianças e Adolescentes

Estabelecer políticas específicas para as crianças e adolescentes, orientadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, voltadas à erradicação do trabalho infantil, o combate à violência contra crianças e adolescentes, em particular a violência sexual.

- ☆ Consolidar a rede intersetorial de proteção e prevenção, com atendimento especializado para as vítimas de violência.
- ☆ Fortalecer serviço de abordagem social de crianças e adolescentes em situação de rua e trabalho infantil.
- ☆ Estimular vínculos de convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes em territórios de alta vulnerabilidade social.
- ☆ Fortalecer os Conselhos Tutelares.

Políticas para Idosos

Promover ações que valorizem o idoso e sensibilizem as famílias e a sociedade quanto às suas necessidades e direitos, visando a promoção do envelhecimento ativo e saudável.

- ☆ Fortalecer as atividades socioeducativas e outras ações voltadas ao convívio familiar e comunitário.
- ☆ Oferecer formação digital, ampliando o acesso às novas tecnologias.
- ☆ Desenvolver ações que qualifiquem as instituições de longa permanência e de formação dos profissionais que cuidam de idosos.
- ☆ Criação de redes que visam estimular os idosos em todos os seus aspectos e necessidades, emocional, cultural e emocional.
- ☆ Programas de atividades para construção de envelhecimento saudável e ativo com: Oficinas; filmes; eventos virtuais e presenciais; dicas de atividades cognitivas; promoção de eventos para interação social; atividades musicais; Dança sênior etc.
- ☆ Criação de um Conselho Municipal do idoso, visando coordenar políticas para pessoa idosa, na questão não só de saúde física, bem como saúde mental e emocional.
- ☆ Criação de espaços presenciais e virtuais de comunicação e atividades para idosos.
- ☆ Espaços de interlocução de atividades para idosos que estão isolados.

Políticas para Pessoas com Deficiência

Ampliar o acesso das pessoas com deficiência às políticas públicas, garantindo a inclusão e o exercício de seus direitos.

- ☆ Articular e propiciar a inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência nas diversas políticas públicas e privadas e o direito de usufruir de todos os bens públicos da cidade.
- ☆ Fomentar programas que fortaleçam o convívio familiar e comunitário.
- ☆ Ampliar o acesso às novas tecnologias e a capacitações que ampliem as oportunidades de emprego e renda.
- ☆ Desenvolver ações que qualifiquem as instituições e formação dos profissionais que cuidam de pessoas com deficiência.

População em Situação de Rua

O governo do PT irá fortalecer a rede de proteção social às pessoas em situação de rua.

- ☆ Realizar censo da população em situação de rua para caracterizar essa população na cidade.
- ☆ Criar abrigos com acessibilidade para mulheres e para homens com atendimento de alimentação, saúde, higiene e pernoite.
- ☆ Assegurar atendimento e atividades direcionadas ao desenvolvimento de sociabilidades e para a qualificação profissional, que propiciem a construção de um novo projeto de vida a essas pessoas, que inclua moradia coletiva com outras pessoas egressas dessa situação.

ESPORTE E LAZER ACESSÍVEL A TODOS

O governo do PT garantirá o direito ao acesso da população, de todas as idades, ao esporte e lazer em seus bairros e comunidades, onde as escolas municipais terão um papel fundamental.

Daremos uma atenção especial à utilização dos espaços públicos, praças e logradouros para a prática do esporte e do lazer. Estimularemos os momentos de convívio entre gerações, com jogos e outras práticas coletivas. Atenderemos também demandas de skatistas, ciclistas entre outros, para implantação de estruturas adequadas às suas práticas esportivas.

Essas propostas serão desenvolvidas a partir de uma gestão democrática e participativa, procurando resgatar e preservar a memória do esporte como uma das bases da construção da identidade local e popular.

Nosso programa para esporte e lazer é composto das seguintes diretrizes e propostas:

Instituição do Sistema Municipal de Esportes e Lazer

- ☆ Criação do “Espaço do Esportista” – local destinado a homenagear esportistas locais nas várias modalidades esportivas. Espaço de cultural/educativo.
- ☆ Construir o Sistema Municipal de Esportes e Lazer para implementar uma política pública participativa e popular com controle social, sob a supervisão do Conselho Municipal de Esporte e Lazer.
- ☆ Estabelecimento de convênios com Universidades para potencializar as ações referentes ao esporte e ao lazer nos bairros.
- ☆ Realizar a Conferência Municipal de Esporte e Lazer.
- ☆ Estimular os esportes paraolímpicos
- ☆ Descentralizar atividades realizadas no Ginásio Municipal
- ☆ Incentivar a criação de equipes amadoras/semi-profissionais (masculinas e femininas) dos mais amplos tipos de esportes e faixas etárias para a competição com o apoio de patrocinadores/fornecedores para representar a cidade.
- ☆ Os esportistas que se destacarem serão convidados para formar as equipes competitivas que terão auxílio da prefeitura e outras parcerias
- ☆ Criação da Bolsa Atleta (prefeitura) / Adote um atleta (iniciativa privada ou particular).
- ☆ Aumentar as áreas públicas, ou em parceria com clubes ou outros órgãos, destinadas para ao atletismo (possibilidade de utilização do Estádio do União São João).
- ☆ Delimitar rotas/percursos/circuitos, com sinalização, que abranjam as modalidades: triaton, iron man, caiaque, bicicleta etc.
- ☆ Correta adequação das pistas de skate e reforma dos outros polos esportivos pela cidade, assim como seus entornos.
- ☆ Apoiar e promover o JEMA (Jogos Estudantis do Município de Araras), com uma semana cultural esportiva durante os eventos e em mais partes da cidade, não só no Ginásio.
- ☆ Criar espaços para esportes de rua (basquete de rua, futebol de rua, skate, break dance, por meio de eventos que contemplem as culturas de rua, com oficinas, música etc.
- ☆ Criação de uma piscina municipal.
- ☆ Criação de um Projeto de Lei contra a premiação desigual entre os gêneros.
- ☆ Criação de uma Central Municipal Esporte eletrônico (e-sports).
- ☆ Apoio e incentivo as artes marciais nos espaços públicos como partes fundamentais do respeito e bem-estar.
- ☆ Montar uma estrutura no ginásio municipal de esportes com academia, nutricionista, fisioterapia, etc para atletas de alto rendimento.
- ☆ Criação de um Fundo Municipal do Esporte (Exemplo Fundação de Amparo ao Esporte do Município de Araraquara).

Equipamentos e Recursos humanos

- ☆ Promover a construção, melhoria e ampliação dos equipamentos e espaços públicos de esporte e lazer.
- ☆ Construir equipamentos comunitários modulares, que contemplem as diversas manifestações artísticas, culturais e esportivas em um mesmo espaço público.
- ☆ Abrir quadras poliesportivas das escolas às comunidades.
- ☆ Ocupação de áreas esportivas nos Bairros.
- ☆ Capacitar gestores, técnicos e lideranças esportivas comunitárias.

Lazer nos espaços públicos

- ☆ Desenvolver animação artístico-cultural e esportiva nos espaços públicos voltados para o lazer: praças públicas, os equipamentos esportivos e escolas.
- ☆ Implantar políticas públicas inclusivas, explorando a diversidade esportiva em atividades voltadas para mulheres, crianças, adolescentes, adultos, idosos e pessoas com deficiência.
- ☆ Implantar um Programa de Orientação de Atividades Físicas nas praças da cidade e nos espaços onde a população realiza atividades.

Eventos esportivos

- ☆ Dialogar com as federações esportivas, visando contribuir com a captação de eventos esportivos locais, regionais e nacionais, na perspectiva de fortalecer a prática esportiva da nossa população, inclusive no paradesporto.
- ☆ Fortalecer os Centros Esportivos Comunitários, com apoio aos eventos esportivos nos bairros, estimulando a prática esportiva, conforme a demanda da comunidade.
- ☆ Ampliar as ações de escolinhas esportivas nos bairros, qualificando os técnicos e apoiando-os com materiais esportivos adequados.
- ☆ Promover esportes de mesa (xadrez, dama, poker) e outros como bocha, malha, etc.

Esportes da escola

- ☆ Aprimorar as aulas de educação física nas escolas, melhorando a infraestrutura e qualificando o corpo docente para ações educativas, tendo o esporte como um vetor de fortalecimento da cidadania.
- ☆ Organizar jogos escolares, inclusive nas modalidades paradesportivas.

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E TRANSPARÊNCIA

Nosso Programa de Governo considera fundamental compartilhar o exercício do governo com a população. A realização desta concepção de governo é a maneira mais concreta de construir a prática da cidadania ativa e de aprofundar a cultura democrática no plano municipal.

Essa concepção torna-se ainda mais importante tendo em vista os ataques que a democracia do nosso país tem sofrido por parte de lideranças autoritárias, que defendem retrocessos inaceitáveis nas políticas sociais, nos direitos humanos, previdenciários e trabalhistas. A extinção de Conselhos Participativos ligados às políticas públicas, em decreto de abril de 2019, desmontou os canais de participação da sociedade e dificultou ainda mais a transparência e o acesso aos dados públicos.

É nesse cenário de resistência e enfrentamento, que reafirmamos a importância da participação cidadã virá acompanhada de mecanismos de controle social da gestão pública. O exercício da participação cidadã, que virá acompanhada do controle social, construirá uma esfera pública democrática, onde os diferentes interesses poderão se expressar em igualdade de condições, resultando no debate de ideias e na negociação de propostas; evitando os privilégios de poucos em detrimento dos interesses da maioria da população.

Para tanto, propomos as seguintes diretrizes e ações:

Participação Cidadã na destinação dos recursos públicos

O Orçamento Participativo (OP) será o carro-chefe da participação cidadã.

Nessa conjuntura de crise econômica o Orçamento Participativo será ainda mais importante, pois permitirá que o governo identifique com clareza as prioridades para aplicar os escassos recursos de forma mais sintonizada com as necessidades da população.

Em 2021, o Plano Plurianual, que define as prioridades para os 4 anos de governo, será elaborado de forma participativa. Essas prioridades orientarão as futuras discussões do OP.

Será constituído o Conselho do OP, com representantes eleitos, responsável por fazer o acompanhamento da execução das demandas incorporadas ao Orçamento de cada ano.

Nosso governo tem o compromisso com a participação da população na formulação, execução e monitoramento de políticas públicas específicas, como na gestão dos equipamentos públicos (escolas, unidades de saúde etc.). Assim, propomos as seguintes ações:

- ☆ Incentivar a criação das Associações/OSCIPs de Bairro. Promover assessoria para suas criações. As atuantes devem ser trazidas ao diálogo de maneira efetiva para saber as respectivas demandas.
- ☆ Consolidar os Conselhos e Fóruns existentes e criar novos, estabelecendo condições adequadas ao seu funcionamento e garantindo diversidade e legitimidade das representações.
- ☆ Estimular a participação dos diversos segmentos da cidade nos conselhos gestores de políticas públicas, com especial atenção aos usuários dos serviços e equipamentos públicos.

Condições adequadas para o exercício da Participação Cidadã

O exercício de participação precisa garantir igualdade de condições entre os participantes e com o governo municipal. Nosso governo irá:

- ☆ Promover a inclusão digital no município com foco na melhoria da qualidade dos serviços e da gestão pública, por meio da instalação de redes, pontos públicos de acesso à internet, sistemas de gestão na área pública e capacitação ("Cidade Digital").
- ☆ Fornecer acesso Gratuito à internet.
- ☆ Criar Plataforma para diálogo entre a prefeitura e municípios. Utilizar recursos, técnicas e metodologias que possibilitem e facilitem o entendimento, a comunicação e a expressão de ideias.
- ☆ Fornecer informações apresentadas de forma clara, com recursos de visualização e outras estratégias capazes de tornar a participação do cidadão o mais fundamentada possível.
- ☆ Realizar atividades de formação para os conselheiros sobre as políticas públicas, o funcionamento da gestão, o papel dos canais de participação, na perspectiva de fortalecer sua atuação.

Novas tecnologias de informação e comunicação na Participação Cidadã

O envolvimento da sociedade inclui também o espaço digital no OP e na ampliação dos temas a serem debatidos como, por exemplo, o tipo de uso de uma nova praça, a programação de uma festa tradicional ou a opinião sobre diferentes temas.

Essa prática de governo transparente e aberto, será importante porque, além de gerar um município mais sintonizado com as expectativas da população, também estimulará o sentido de pertencimento das pessoas, propiciando o uso mais responsável dos equipamentos e serviços públicos.

GESTÃO ÉTICA E EFICIENTE

Perseguiremos durante todo o mandato dois objetivos centrais: tornar a prefeitura capaz de prestar mais e melhores serviços de qualidade à população e introduzir maior transparência à ação governamental.

Estes objetivos exigirão o fortalecimento da capacidade da Prefeitura cumprir suas funções, mas também para garantir a igualdade de acesso de qualquer munícipe aos serviços e ao aprimoramento dos mecanismos de transparência governamental.

Adotaremos uma nova forma de organizar a ação da Prefeitura, tornando-a mais moderna, inovadora, eficiente e responsável. Este novo modelo de gestão se estruturará a partir das diretrizes a seguir.

Gestão ética e transparente

Durante todo o governo, seremos firmes no combate à corrupção e à impunidade, com o fortalecimento dos mecanismos de controle, enfrentando esses maus hábitos tão arraigados na cultura política brasileira.

Adotaremos também os mais variados canais e instrumentos de transparência para prestar contas da ação de governo. Ampliaremos também o acesso aos dados públicos, sempre que possível, em formatos abertos, conforme estabelece a Lei de Acesso à Informação (LAI)

Fortalecer a capacidade institucional e gerencial da Prefeitura

Realizaremos uma inversão de prioridades, atendendo prioritariamente territórios e populações vulneráveis com ampliação dos serviços e de obras por todo o município. Assim, será necessário dotar a prefeitura de melhores condições para realizar todas essas atividades.

Para alcançarmos bons resultados, os servidores públicos são essenciais. Criaremos um ambiente de respeito e confiança, garantindo seu engajamento aos objetivos do governo. O diálogo com as entidades sindicais dos servidores será democrática e transparente, com a instituição da Mesa de Negociação Permanente.

A elaboração e a execução das políticas públicas será feita de forma integrada entre as diversas áreas de governo, superando a tradicional fragmentação das ações. Além disso, essa atuação coordenada deverá se estender aos diferentes territórios da cidade, considerando suas necessidades específicas.

Realizaremos parcerias com diferentes agentes. Com as universidades para ampliar a capacidade técnica da prefeitura e dos servidores e até mesmo na execução de políticas; com o setor privado, por meio de concessões ou PPPs, garantindo uma regulação rigorosa sobre a qualidade dos serviços prestados.

Aproveitaremos o potencial de parcerias com outros municípios, através dos consórcios públicos, para prestação conjunta de serviços, compras comuns e promoção do desenvolvimento regional.

Gestão inovadora

Tornaremos o cidadão o foco central de nossa atividade, com investimentos no aperfeiçoamento das atividades com maior impacto na prestação de serviços como, por exemplo, o atendimento presencial e na Internet. Avançaremos para um Governo Digital com a adoção de tecnologias na prestação de serviços.

Além disso, usaremos os dados disponíveis para melhorar os serviços e economizar recursos. Adotaremos iniciativas na linha das “Cidades Inteligentes”, sempre que houver benefícios para a população, em áreas como iluminação pública, coleta inteligente de resíduos sólidos (“lixo”), sistemas integrados de dados em transporte e segurança, centros de inteligência e inovação municipal.

Buscar permanentemente a qualidade da despesa pública

Esse compromisso será um princípio fundamental, ainda mais nesse momento de aprofundamento da crise econômica e social, que levará ainda mais pessoas a depender dos serviços públicos. Faremos um monitoramento cuidadoso de todas as despesas, sejam os grandes montantes, como a folha de pagamento, sejam as despesas de manutenção, como água, energia, telefonia, entre outras.

Serão adotadas iniciativas sustentáveis como a reciclagem de materiais, o reuso de água e o uso de energia solar nos edifícios públicos.

Usaremos o poder de compra da prefeitura, adquirindo produtos e serviços de melhor qualidade, sustentáveis e por menor preço e, quando possível, incentivando as empresas locais, especialmente as pequenas o que acaba revertendo em geração de emprego e renda em nosso território.

QUALIDADE E HUMANIZAÇÃO NA ATENÇÃO À SAÚDE

Em Defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), público e universal, garantindo o acesso a serviços que prestem atenção integral e equitativa à saúde de toda a população brasileira.

A Saúde de um país acompanha o modelo de desenvolvimento pretendido para sua população, e as políticas de saúde são destaque para um processo civilizatório de garantia de direitos. O Sistema Único de Saúde (SUS), conforme está inscrito na Constituição Federal de 1988, é a política pública mais inclusiva do país, pois atende o conjunto da população brasileira.

Por isso, as diretrizes para elaboração de programas e planos de governo consideram a importância do SUS, as necessidades de saúde, a organização do sistema, visando construção de territórios saudáveis para se viver, a importância do mundo do trabalho e dos trabalhadores e das trabalhadoras de saúde, investimento em um aparato estatal prestador de serviços de saúde de natureza individual e coletiva, gestões públicas transparentes e a valorização do controle social das políticas públicas.

Assim, indicamos as seguintes diretrizes para promover a qualificação do sistema municipal de saúde:

- ☆ Consolidação do SUS com caráter 100% público e gratuito que caminhe gradativamente da situação atual para planejamento e execução das ações de saúde pelo próprio município, de forma a precisar cada vez menos da compra de serviços privados.
- ☆ Implantar gestão democrática e participativa na saúde, com espaços coletivos institucionais de gestão compartilhada com os trabalhadores de saúde.
- ☆ Realização de Concurso Público para reposição da força de trabalho e qualificação para provimento de pessoal em quantidade suficiente, evitando a compra de serviços privados.
- ☆ Implantar ações que reduzam as taxas de mortalidade infantil e materna. Para tanto, será necessário garantir acesso das gestantes ao pré-natal de qualidade nas UBSs e nas situações de risco gravídico, humanizar e melhorar as condições do parto e do puerpério, enfrentar a epidemia de cesáreas respeitando o plano de parto de cada gestante e ampliar as estratégias de vínculo da gestante com a maternidade, ofertando assistência aos bebês, garantindo UTI neonatal, quando necessário.
- ☆ Efetivação de uma política de recursos humanos que estabeleçam as carreiras dos profissionais de saúde.
- ☆ Implantar um Programa de Saúde dos Trabalhadores e das Trabalhadoras – PSTT, vinculados aos setores público e privado, coordenado por equipe subordinado ao gestor de saúde e em articulação com entidades do movimento sindical que enfrente as taxas de acidentes de trabalho, bem como os patamares de não notificação de acidentes de trabalho e de doenças relacionadas ao trabalho.
- ☆ Implantar o Programa de Atenção Integral à Saúde das Mulheres, com ações destinadas a todas as faixas etárias, da puberdade ao climatério, a prevenção ao câncer de útero e de mama, o planejamento sexual e reprodutivo, a sexualidade e os principais problemas ginecológicos.
- ☆ Garantir acesso à saúde integral da população LGBT+ em toda rede de saúde municipal.
- ☆ Desenvolver projetos intersetoriais de enfrentamento das diferentes formas de violência (no trânsito, no trabalho, sexual e contra as mulheres, pessoas negras, LGBT+ crianças e pessoas idosas, pessoas com deficiência).
- ☆ Criar ações intersetoriais de promoção e proteção da saúde e qualidade de vida, destinadas às crianças, a jovens, a adultos, aos idosos e portadores de enfermidades crônicas.
- ☆ Garantir via CAPS AD um programa de redução de danos.

- ☆ Implantação do Consultório na Rua com equipe multidisciplinar responsável pelo atendimento da população em situação de rua.
- ☆ Ampliar as ações do Programa Saúde na Escola (PSE), em parceria com a Educação, com ênfase na saúde bucal e oftalmológica, alimentação saudável, gênero e sexualidade, prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), gravidez na adolescência, uso de álcool e outras drogas.
- ☆ Fortalecer as ações para prevenção e controle de ISTs e AIDS, Hepatites, Tuberculose e Hanseníase, investindo em ações intersetoriais e descentralizadas de atenção a saúde, educação e proteção.
- ☆ Desenvolver ações de saúde afirmativas da população negra, idosa, do campo, mulheres, LGBT+, pessoas com deficiência, em articulação com as demais políticas intersetoriais.
- ☆ Fortalecer as ações de proteção e vigilância em saúde para o enfrentamento das principais vulnerabilidades e riscos do processo saúde-doença, com prioridades às pessoas que vivem nas periferias em situação de rua ou em restrição de liberdade.
- ☆ Intensificar e envolver a sociedade nas ações de controle da COVID-19, Dengue, Zika e Chikungunya.
- ☆ Fortalecer a Atenção Básica em Saúde, garantindo atendimento integral e equitativo, com cuidado humanizado, resolutivo e de qualidade, em todas as unidades básicas de saúde, que devem garantir condições dignas de trabalho para que os servidores possam prestar atendimento qualificado e humanizado a população.
- ☆ Ampliar as Equipes de Saúde da Família e implantar Núcleos de Apoio à Saúde da Família, visando a atingir cobertura de atenção à saúde da população, destacando regiões de maior vulnerabilidade e de maior densidade populacional.
- ☆ Investir na ampliação, na qualidade e na humanização do atendimento das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs).
- ☆ Buscar, junto ao Ministério da Saúde e ao governo do Estado, a ampliação e renovação da frota do SAMU-192, reivindicando que o governo estadual participe do seu financiamento.
- ☆ Valorizar a rede hospitalar, de forma que esteja articulada às necessidades locais, promovendo acesso da população a serviços de média complexidade, como cirurgias eletivas e serviços de alta complexidade, internações e outros tratamentos que exigem maior aporte técnico, por meio de processos de regulação do SUS. Articular a demanda local aos serviços hospitalares regionais, quando o município não tiver uma unidade hospitalar.
- ☆ Ampliar e aprimorar o Programa de Internação Domiciliar (PID) e de Fisioterapia Domiciliar.
- ☆ Fortalecer, ampliar e consolidar as Linhas de Cuidado em Rede para as principais doenças crônicas, como a hipertensão e o diabetes, ampliando as ações de prevenção, cuidado hospitalar e episódios de infarto agudo do miocárdio (IAM), de acidente vascular cerebral (AVC) e de insuficiência renal.
- ☆ Organizar atendimento especializado em reabilitação física, destinado aos trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho e ou acometidos por doenças relacionadas ao trabalho.
- ☆ Organizar atendimento especializado em reabilitação, destinado ao atendimento qualificado às pessoas com deficiência e outras doenças que necessitem desses serviços, com credenciamento das clínicas universitárias de fisioterapia, para ampliar o atendimento pelo SUS.
- ☆ Garantir nosso compromisso histórico com a Reforma Psiquiátrica, implantando, reestruturando e qualificando a Rede de Atenção Psicossocial (CAPS adulto, infantil e álcool-drogas), Consultório na Rua, e outros serviços de apoio que contem sempre com equipes de saúde.
- ☆ Fortalecer as ações de saúde mental e de prevenção e tratamento ao uso abusivo de álcool e outras drogas na atenção básica e rede de urgência, promovendo a inclusão social e a construção de novos projetos de vida.
- ☆ Articular e liderar os municípios da Região de Saúde para buscar soluções metropolitanas para os problemas de saúde, reivindicando do governo do Estado e, quando for o caso, do governo

Federal, a ampliação da atuação compartilhada com os serviços de vigilância sanitária e epidemiológica estaduais e federais.

- ☆ Articular-se com o Estado para exigir que a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS cumpra com agilidade sua atribuição precípua: o ressarcimento ao SUS pela prestação de serviços a clientes de planos e seguros de saúde que são assistidos no SUS.
- ☆ Fortalecer as ações de Educação Permanente como estratégia de gestão e de educação continuada para atualização dos trabalhadores de saúde e qualificação do atendimento à população.
- ☆ Implementar parceria com as instituições de ensino da cidade que atuam na área da saúde para estabelecer uma “Rede de Saúde Escola” para o SUS, que seja um espaço de integração do ensino e dos serviços, ampliando os programas de residência médica e multiprofissional, de formação técnica, de pesquisa e especialização, voltados aos interesses do SUS.
- ☆ Avançar radicalmente na informatização dos serviços de saúde, com a adoção do prontuário eletrônico do paciente e outras ferramentas tecnológicas que permitam maior eficiência, eficácia, segurança, conforto e agilidade no atendimento.
- ☆ Fortalecer e aprimorar a gestão pública dos serviços municipais de saúde, enfrentando a privatização dos serviços de saúde, a precarização das relações de trabalho e a ausência de carreira do SUS.
- ☆ Implementar medidas de transparência na gestão pública, controle do desperdício e de enfrentamento da corrupção no uso dos recursos e insumos, bem como do clientelismo político, que impede a promoção da universalidade, da integralidade e da equidade, princípios constitucionais do SUS.
- ☆ Consolidar o controle social por meio da participação popular no Conselho Municipal de Saúde, conselhos gestores, conferências e encontros populares de saúde.
- ☆ Reconhecer e valorizar os instrumentos de participação social que envolvem a sociedade, difundem informações e incorporam a defesa da saúde como base de diálogo sobre as demandas locais, politizando os debates sobre as dificuldades referentes à oferta de serviços de saúde, bem como apontam soluções para funcionamento dos serviços e agregam valor social as lutas em defesa do SUS.
- ☆ Fortalecimento de atenção à saúde no campo com unidade móvel.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO

Uma outra economia é possível. Há muito que o tema da Economia Solidária vem sendo debatido nos espaços, segmentos sociais e políticos da nossa sociedade, visto como estratégia de desenvolvimento justo, sustentável e solidário. Assim, a economia solidária se torna uma alternativa produtiva e aporte para o enfrentamento do desemprego e da exclusão.

Assim, indicamos as seguintes propostas a fim de promover o desenvolvimento econômico sustentável e solidário:

- ☆ Promover e incentivar arranjos produtivos locais como ferramenta para a inclusão social e a geração de emprego e renda; buscar o acesso ao crédito e a capacitação dos atores envolvidos no processo.
- ☆ Fortalecer e ampliar programas de “Incubadoras de Empresas”.
- ☆ Fortalecer os Distritos Industriais existentes.
- ☆ Oferecer capacitação técnica para empreendedores locais adaptarem a “Economia Circular” (conceito estratégico que assenta na redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia) e na Indústria 4.0 e sustentabilidade.
- ☆ Criação de novos distritos industriais, visando apoiar, principalmente, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
- ☆ Promover e fomentar as redes de cooperação solidária, constituídas por empreendimentos em cadeias produtivas e arranjos econômicos territoriais e setoriais de produção, comercialização e consumo solidários.
- ☆ Fomentar o comércio justo, sustentável e solidário, apoiar e fortalecer o associativismo, o cooperativismo e as feiras livres de todos os campos produtivos.
- ☆ Incentivar a implantação de indústrias com ênfase às atividades econômicas locais, no crescimento inclusivo e ambientalmente justo.
- ☆ Fomentar e fortalecer o uso de tecnologias sociais como ferramenta de desenvolvimento e os segmentos produtores de conteúdos digitais criativos.
- ☆ Regular o acesso das micro e pequenas empresas aos programas de compras públicas.
- ☆ Apoiar o acesso das micro e pequenas empresas ao crédito e às exportações.
- ☆ Promover a desburocratização da provisão de serviços públicos às micro e pequenas empresas.
- ☆ Fazer gestões para facilitar o acesso ao crédito de jovens, mulheres, pessoas negras, povos originários, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares.
- ☆ Articular iniciativas de finanças solidárias, por meio dos bancos comunitários de desenvolvimento, fundos rotativos solidários e cooperativas de crédito.
- ☆ Desenvolver ações visando à redução do trabalho informal.
- ☆ Apoiar e incentivar o artesanato local.
- ☆ Desenvolver programa de educação profissional e tecnológica.
- ☆ Promover ações que contribuam para a autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta.
- ☆ Promover ações de fiscalização e criar canais de denúncia sobre trabalho infantil.
- ☆ Criar programas que promovam a inclusão e a igualdade de oportunidades e de remuneração das populações negra, indígena, quilombola, cigana e LGBTQ+ no mercado de trabalho.

- ☆ Criação da “Rota Cultural de Araras”: espaço destinado para abertura de bares, restaurantes e outros estabelecimentos de lazer, bem como uso de artistas para fins de entretenimento e geração de emprego.
- ☆ Elaborar planos municipais de turismo, criar e fortalecer os órgãos municipais de turismo.
- ☆ Incentivar o Turismo de Base Comunitária (TBC) e criar mecanismos de incentivo fiscal para tal.
- ☆ Promover a acessibilidade a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida à atividade turística com segurança e autonomia.
- ☆ Identificar e buscar soluções para as necessidades de infraestrutura e expansão da atividade turística.
- ☆ Qualificar gestores e profissionais da cadeia produtiva do turismo.

IGUALDADE E GARANTIA DE DIREITOS

O município constitui-se, potencialmente, no mais importante espaço de democratização da ação pública. E também de construção da cidadania, considerando-se esta como um forte espaço de inclusão social e superação de desigualdades de toda ordem, sejam econômicas, sociais, culturais, de gênero, raça, orientação sexual ou religiosa.

As diversas faces da heterogeneidade e da pluralidade, que compõem e caracterizam a sociedade brasileira, abarcam as diferenças de gênero, raça e geracionais, de orientação sexual e de capacidades. O reconhecimento destas diferenças e dos violentos processos de discriminação, que dão suporte e aprofundam as desigualdades, justificam constar, nos programas e planos de governo e nas propostas de mandato parlamentar, políticas sociais reparadoras e ações afirmativas.

A igualdade entre as pessoas é pressuposto básico dos direitos humanos fundamentais. Devemos propor políticas que incentivem a sociedade a combater as situações que promovem preconceito, discriminação e exclusão social de qualquer natureza.

Além de várias propostas já tratadas anteriormente neste Plano, destaca-se ainda algumas outras:

- ☆ Propor políticas que incentivem a sociedade a combater as situações que promovem preconceito, discriminação e exclusão social.
- ☆ Assegurar os direitos específicos da juventude (15 a 29 anos) nas políticas públicas, de acordo com as diretrizes apresentadas no Estatuto da Juventude (Lei 12.852/13), que são: educação; profissionalização; direito ao trabalho e à renda; diversidade e igualdade; saúde; cultura; comunicação e liberdade de expressão; desporto e lazer; direito ao território e à mobilidade; sustentabilidade e meio ambiente; segurança pública e acesso à justiça.
- ☆ Estabelecer políticas públicas para pessoas idosas possam frequentar os espaços públicos da cidade, desfrutar do lazer e ter acesso à produção cultural e práticas esportivas. Para tanto, tais políticas públicas devem prever condições de segurança e mobilidade para que estas pessoas não sejam excluídas e alijadas da convivência social.
- ☆ Desenvolver iniciativas que garantam condições de acessibilidade e locomoção, que favoreçam a participação em atividades culturais, de lazer e de educação do corpo. Além disso, é necessário desenvolver ações que permitam a geração de emprego e renda e prever o direito à cidade para todas as pessoas com deficiência.
- ☆ Criar e fortalecer os conselhos de políticas para as mulheres.
- ☆ Realizar conferências de políticas para as mulheres.
- ☆ Construir planos de igualdade de gênero.
- ☆ Incentivar e apoiar a organização coletiva das mulheres, como instrumento de transformação de suas vidas, das vidas de sua família e das vidas de suas comunidades.
- ☆ Assegurar os direitos das mulheres em todos os seus ciclos de vida, da infância à velhice.
- ☆ Fortalecer a rede de proteção e combate à violência contra a mulher. Resgatar e implantar os serviços especializados previstos na Lei Maria da Penha e outras legislações (Abuso Sexual, Violência Sexual, Notificação Obrigatória da Violência, Feminicídio, Portarias do SUS).
- ☆ Promover a assistência integral às mulheres que sofrem de violência doméstica e sexual e às meninas que sofrem abuso sexual, ampliando e estruturando serviços especializados de atendimento, tais como centros de referência, Casa Abrigo, unidades de saúde referência, contracepção de emergência e a profilaxia de infecção pelo HIV.

- ☆ Capacitar de forma contínua os profissionais do sistema de segurança pública, do SUS, do SUAS, da Educação e as conselheiras para o conhecimento das normativas e o fortalecimento da rede de proteção a mulher, criança e adolescente.
- ☆ Criar e implantar programas que garantam habitação digna, com a garantia de estrutura urbana adequada (creche, instituições escolares, UBSs etc.).
- ☆ Promoção da igualdade racial, como eixo estruturante do desenvolvimento de políticas transversais que dialoguem com todas as áreas do governo.
- ☆ Enfrentamento à vulnerabilização e à violência contra a juventude negra, a partir da criação de programas específicos que reduzam os índices de mortalidade e encarceramento dessa parcela da população.
- ☆ Políticas públicas que busquem igualdade de tratamento, salários e oportunidades no mundo do trabalho, por meio da implantação das políticas de cotas e programas de empreendedorismo.
- ☆ Criação de programa de formação/qualificação de jovens empreendedores negros e negras – incluindo as especificidades das comunidades negras tradicionais (quilombolas e comunidades de terreiros) e rurais – em parceria com o Sistema “S”, as escolas técnicas e universidades.
- ☆ Estabelecer políticas que permitam a defesa e prática da liberdade e diversidade religiosa, desenvolvendo campanhas institucionais contra o racismo religioso e pela valorização das religiões de matriz africana.

CULTURA PARA TODOS

O PT, desde sua fundação, estabeleceu uma relação muito profunda com a comunidade cultural brasileira e, a partir dessa proximidade com fazedores de cultura, o partido foi formando uma plataforma para a produção de políticas culturais que se tornou referência para o mundo.

O documento Política Cultural, de 1984, tornou-se um marco para a construção de políticas públicas para a cultura e ainda mantém sua atualidade, mesmo depois de 36 anos da sua publicação. O texto pontua que:

“[...] a questão cultural deveria ser considerada uma das prioridades do Partido dos Trabalhadores quando se leva em conta o papel da cultura seja como fator de discriminação sociopolítica, seja como instrumento de dominação ideológica, seja como forma de resistência das classes dominadas, seja, enfim, como forma de criação com potencial de emancipação e libertação histórica”.

Dessa forma, um governo comprometido com a maioria da população, com setores historicamente discriminados e encabeçado pelo PT deve se comprometer em compreender a cultura como um pilar de sustentação da sociedade, fugindo da visão superficial de que cultura é sinônimo de mera produção de eventos ou simples produto de mercado. É preciso que as políticas culturais sejam vetores da promoção da cidadania, do desenvolvimento sustentável e das potencialidades estéticas existentes na sociedade.

O PT tem uma história de construção de políticas culturais transformadoras nas cidades. Em suas gestões em capitais, como São Paulo, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte, os governos ligados ao partido foram responsáveis por elaborar políticas culturais que formaram as bases para a ideia que se desenvolveria nos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma: a formulação de um Sistema Nacional de Cultura.

Nos municípios, os governos têm a possibilidade de atuar em maior proximidade com os cidadãos e cidadãs. As políticas culturais podem contribuir decisivamente para a melhoria das condições de vida da população, uma vez que a cultura é um dos setores que mais geram emprego e renda – de acordo com o IBGE, mais de cinco milhões de pessoas estão ocupadas no Brasil no setor cultural. Além disso, as políticas culturais nos municípios podem gerar novas formas de sociabilidade, valorizando as culturas locais, reforçando identidades marginalizadas pelo histórico de exclusões sociais e urbanas e construir laços de convivência mais saudáveis e significativos. Isto é, as políticas culturais nas cidades, se desenvolvidas por meio das suas três dimensões – econômica, cidadã e estética, contribuem para que as comunidades ganhem em qualidade de vida e que as pessoas estabeleçam laços entre si, baseados em valores, como a igualdade, o respeito e a solidariedade.

Iniciativas para a estruturação de uma política cultural nos municípios:

As políticas culturais devem ser um vetor de combate às desigualdades sociais e, em nosso país, a ocupação dos territórios é um dos elementos de maior perpetuação dessas desigualdades. Em termos de políticas culturais, esse fator é preponderante e deve ser levado em conta. Os territórios periféricos e afastados das áreas centrais devem receber atenção redobrada no estabelecimento de políticas de cultura.

Para a construção de boas políticas culturais, é fundamental considerar a diversidade cultural local e buscar não hierarquizar as expressões, manifestações e segmentos culturais. As últimas experiências de implementação de políticas específicas na cultura e representação social nos conselhos consideram como segmentos culturais: Culturas Populares, Culturas de Povos

Tradicional de Mariz Africana, Culturas Indígenas. O conceito de áreas temáticas também deve abranger a atuação de profissionais, como produtores culturais, designers, artistas visuais, fotógrafos, cineastas e demais profissionais da área do audiovisual, profissionais da moda, profissionais do livro e literatura, profissionais das artes cênicas – da dança, teatro, ópera, circo, performance –, profissionais da área do patrimônio material e imaterial – historiadores, museólogos, arquitetos, arqueólogos, antropólogos etc.

Realizar uma política de valorização, manutenção e dinamização, voltada para os equipamentos culturais, também é fundamental para o desenvolvimento cultural das cidades. Os equipamentos públicos e privados de cultura do município necessitam de uma atuação a partir da estruturação de um sistema de equipamentos culturais. A criação e manutenção de cinemas, teatros, museus, galerias, bibliotecas e centros culturais possuem grande importância na construção de políticas de cultura, pois possibilitam a exibição, a fruição e até a produção de bens culturais.

Entre as propostas destacam-se:

- ☆ Fortalecimento do Conselho Municipal de Cultura.
- ☆ Criação do Arquivo Público Histórico Municipal.
- ☆ Estruturação do Departamento de Patrimônio Cultural com objetivo de formar corpo técnico para a identificação e salvaguarda do patrimônio material e imaterial do município.
- ☆ Reestruturação do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural com vias a garantir maior representatividade popular e de representantes do setor cultural.
- ☆ Busca um olhar mais efetivo para os criadores, artistas e realizadores.
- ☆ Atuação transversal com o departamento de turismo, visando a compreensão do produto turístico como um meio de promoção e diferenciação do território, assim como de valorização, pela comunidade, de seu patrimônio.
- ☆ Aplicação do Plano Municipal de Cultura: Conselho de cultura (eleição democrática e ampla), Fundo Municipal de Cultura, conferência e escutas culturais.
- ☆ Desenvolvimento de ações de Educação Patrimonial junto às comunidades do município. A efetiva identificação e preservação do patrimônio inclui sua apropriação coletiva e democrática, fazendo-se necessária a criação de condições materiais e simbólicas para que todos possam encontrar nele um significado e compartilhá-lo. Valorização de nossa história (Patrimônios materiais e imateriais).
- ☆ Recuperar o que perdemos: Teatro, música, Artes plásticas, audiovisual, cultura digital, Juventude, literatura, diversidade cultural, cultura de rua, circo, cultura popular e artesanato.
- ☆ Restabelecer um sistema de fomento e ativar a cadeia da cultura.
- ☆ Exercício da Cultura: ocupação dos espaços públicos. Cultura como vetor importante no desenvolvimento econômico e sustentável.
- ☆ Valorizar as diversas manifestações culturais.
- ☆ Inserir a Cultura nas demais políticas, ou seja, educação, segurança, ação social, turismo, meio ambiente, economia.
- ☆ Contratação (via concurso público) dos serventes, educadores e cargos técnicos (técnico em museologia e técnico em audiovisual) previstos no organograma do Regimento Interno da instituição.
- ☆ Aplicar a “inversão de ações culturais”, partindo da periferia para o centro.
- ☆ Resgatar com outras cidades o “Elo cultural do Vale Mogi Guaçu”.
- ☆ Reativar o fundo de cultura para utilização na criação de editais, transparentes e participativos, com objetivo de fomentar ações e produções dos trabalhadores da cultura.
- ☆ Formação de profissionais na cultura. Propõe-se a estruturação de uma nova escola de artes que contemple as diferentes formações artísticas em suas relações com a diferença:
 - Artes Visuais, em sua relação com o vídeo, a foto e a gravura;

- Artes Cênicas, em sua relação com as diferentes formas de cena;
- Dança, em sua relação com as diferentes formas de dança;
- Artesanato, em sua relação com a multiplicidade da cultura popular;
- Audiovisual, em sua relação documental e de discussão pública;
- Arte Digital;
- Música, em sua relação com o processo de musicalidade dos diferentes povos;
- Circo, em sua relação com as performatividades dos corpos e teatralidades da cena;
- Cultura Afro-brasileira, em sua relação com todos os itens anteriores.

- ☆ Propõe-se a construção de Projeto de Lei que efetive a escola de arte pública como um instrumento obrigatório no município.
- ☆ Abrir diálogo com as frentes e movimentos sociais do município. Promoção de escutas culturais. Propõe-se a compreensão e criação de um canal de comunicação com a população para uma escuta cultural frequente. É necessário que a gestão municipal firme um acordo cultural e coletivo com a diferença em sua multiplicidade e não com a cultura do dominador.
- ☆ Implantação de Conselhos Regionais de Cultura em parceria com outros municípios. Investimento em consórcio intermunicipal de cultura.
- ☆ Apoiar a realização de Conferências Municipais de Cultura.
- ☆ Valorizar e promover a história e identidade do município por meio de seu patrimônio cultural.
- ☆ Criação do Arquivo Público Histórico Municipal.
- ☆ Estruturação do Departamento de Patrimônio Cultural.
- ☆ Apoiar às manifestações de cultura popular.
- ☆ Fortalecimento da estrutura profissional e técnica da Secretaria de Cultura.
- ☆ Valorização e reconhecimento do “fazedor de cultura” (artistas locais).
- ☆ Ocupação cultural dos espaços e equipamentos públicos, dentre eles praças, Lago Municipal, Parque Ecológico, CEU das Artes, Casa da Cultura, Casa da Memória, Biblioteca Municipal.
- ☆ Fortalecimento e ampliação dos festivais culturais.
- ☆ Reativar o programa de Cinema a céu aberto na zona urbana e rural do município.
- ☆ Reorganização do carnaval com vistas às particularidades do município.
- ☆ Retomada da Escola Municipal de Cultura, com cursos na área de teatro, música, danças, artes plásticas, audiovisual, circo, entre outros.
- ☆ Fomentar a criação de rádios comunitárias no município.